

# PEDAGOGIA SOCIAL COMUNIDADE E FORMAÇÃO DE EDUCADORES: NA BUSCA DO SABER SÓCIO-EDUCATIVO

<sup>1</sup>Cândida Andrade de Moraes

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise sobre a Pedagogia Social, seus conceitos, objetivos e práticas, assim como faz uma breve discussão a cerca da atuação desta no Brasil. Revisa algumas tendências contemporâneas da formação de educadores voltados para Pedagogia Social e como acontece. Busca uma reflexão sobre os princípios para a formação dos educadores que atuam na educação não formal. Discute ainda a relevância dos movimentos sociais e da comunidade na construção do fazer sócio pedagógico e os possíveis caminhos para a ampliação da práxis da Pedagogia Social no Brasil.

Palavras-chave: Pedagogia Social, Formação Docente, Comunidade.

## 1. Conceitos, Objetivos e Práxis da Pedagogia Social: construindo caminhos

A Pedagogia Social vem sendo estudada por diferentes pesquisadores e apresenta múltiplas definições, o que dá a ela uma característica peculiar. Poderíamos defini-la inicialmente como uma ação teórico-prática, sócio educativa, realizada por educadores ou agentes sociais. Ela pode ser vista como um campo de estudo onde a conexão entre Educação e a Sociedade acontecem de forma prioritária, ou ainda, uma esfera de atividades que acontecem em diferentes espaços não formais de educação e que combatem e amenizam os problemas sociais por meios de ações educacionais.

Para compreendê-la é necessário investigar os mais recentes estudos sobre a Pedagogia Social considerando os autores que apresentam seu histórico, sua importância, os espaços que ela acontece e como vem sendo pensada na contemporaneidade.

Antes que a Pedagogia Social se sistematizasse enquanto disciplina ou campo de estudo, para alguns autores ela pode ser considerada existente desde os filósofos da Antiguidade Clássica, como Platão e Aristóteles que

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade/ UNEB, Pedagoga e Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão. Professora do Curso de Pedagogia UNEB/Campus XIII. Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Salvador(SECULT). E-mail: [candida29moraes@gmail.com](mailto:candida29moraes@gmail.com)

discutiam a importância da Educação no desenvolvimento da sociedade como nas ações beneficentes do cristianismo ou nas heranças dos educadores como Froebel e Pestalozzi, ambos pedagogos que se tornaram referência na Europa no final do século XVIII e início do século XIX, apesar de não utilizar a nomenclatura de Pedagogia Social abraçavam a ideia do sujeito social. “O poder só pode exigir de mim que eu seja um homem social.” (Pestalozzi, 1797).

Outro percussor da Educação Social e destaque no Brasil e na América Latina é Paulo Freire, aliando as suas práticas à postura de educador social que pregava e agia a favor da emancipação do educando buscando suas bases na realidade do mesmo. Considerado entre os estudiosos da Educação Popular um sistematizador das práticas sócio-educativas, Freire é uma das referências sempre presente na Pedagogia Social apesar de nunca ter usado este termo em seus escritos.

O conceito de Pedagogia Social é marcado por volta de 1900, surgido inicialmente na Alemanha, como Karl Mager e Adolph Diesterweg. Entretanto no século XX muitas outras teorias foram surgindo sobre Pedagogia Social na Alemanha, num primeiro momento a tentativa de criar estratégias para educar os “filhos da guerra”. Este movimento de pensar ações estratégicas e educativas para além dos espaços formais da educação (escola) é expandida em outros países europeus e também podemos considerar que ela existe muito antes da escola formal ser sistematizada, como já citamos, a exemplo da Antiguidade Clássica.

Países como França, Itália, Portugal, Espanha e países da América Latina como Uruguai e Brasil em distintos contextos apresentam diferentes conceitos. Em obra organizada em 2009 por pesquisadores brasileiros, resultante de estudos em diversas universidades, mas principalmente com o apoio da Universidade de São Paulo (USP) é apresentada o mais recente entendimento do conceito de Pedagogia Social, vista como “Teoria Geral da Educação Social”, consideram ainda, tomando como referência Hans-Uwe Otto (2009), que:

Diversos conceitos sobre homem e a sociedade, bem como inúmeros pontos de vista ontológicos, epistemológicos e axiológicos foram fundados em diferentes interpretações teóricas sobre Pedagogia Social. Há, inclusive, algumas aspirações políticas e ideológicas

contidas nessas construções. Além disso, há várias características e elementos singulares ligados a fatores econômicos, sociais e políticos nas diferentes tradições nacionais da Pedagogia Social.

Dessa forma, é possível discutirmos a Pedagogia Social considerando também as leis que fundamentam suas ações:

- O Artigo 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988 diz que: “A Educação é direito de todos e dever do Estado e da família, *será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade*, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”;
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 diz no seu Artigo 1º “A Educação abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, *na convivência humana, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais*”; (grifos meus)

Considerando que a legislação nacional ratifica a necessidade da Educação ser considerada para além da ação individual, vista aqui como ação coletiva, comunitária, e, sobretudo, pautada no saber fazer sócio-educativo observa-se que entre seus objetivos, segundo Caliman, 1997, o prioritário seria o de agir sobre a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, e de modo especial, nos locais onde as pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais.

Existem alguns âmbitos que a Pedagogia Social acontece desenvolvendo este objetivo, podemos citar a Educação de Adultos, Educação de jovens em situação de risco, a recuperação e a reinserção social dos sujeitos toxicodependentes, a orientação escolar dos alunos atingidos por fortes condicionamentos sociais (pobreza, exclusão social, desagregação familiar). Todas estas esferas da Pedagogia Social trabalham no propósito de desenvolver um bem estar social e superação de condições de sofrimento e marginalidade, realizando o exercício da cidadania e de promoção social.

Considerando a diversidade de práticas pertencentes a Pedagogia Social, acrescentamos Trilla:

O âmbito referencial da Pedagogia Social está formado por todos os processos educativos que compartilham no mínimo, dois ou três dos seguintes atributos: dirigem-se prioritariamente ao desenvolvimento

da sociabilidade dos sujeitos; têm como destinatários privilegiados indivíduos ou grupos em situações de conflito social; têm lugar em contextos ou por meios educativos não formais. (TRILLA, 2003)

A Pedagogia Social também visa provocar o auto-conhecimento na relação com o outro, reconhecendo principalmente que a Educação se dá pela participação social, e pode ser alcançada nas práticas coletivas de organização da comunidade.

## **2. Pedagogia Social no Brasil, como acontece?**

As discussões e sistematização da Pedagogia Social como ciência no Brasil vêm crescendo consideravelmente nos últimos anos, entretanto as práticas são muito mais presentes e visíveis a população. Há um aumento no número de ONG's e de espaços educativos não formais por todo país, o que reflete as ações de políticas públicas nos últimos oito anos, além da organização civil e articulação das comunidades em torno das questões sociais emergentes.

O debate teórico mais atual sobre a Pedagogia Social no Brasil é dividido majoritariamente entre a Universidade de São Paulo – USP, a Universidade de Campinas – UNICAMP, a Universidade Católica de Brasília e a Universidade Federal do Paraná, entre outras universidades.

A Universidade Católica de Brasília se destaca quando insere uma disciplina no Mestrado e Doutorado em Educação denominada Pedagogia Social, ministrada por Geraldo Caliman, um dos maiores especialistas atualmente no Brasil sobre Pedagogia Social. A disciplina que faz parte da grade curricular tem como objetivo oferecer aos alunos instrumentos de análise sócio-pedagógica do comportamento juvenil para que possam construir soluções metodológicas no âmbito da pedagogia social.

Ao mesmo tempo, a Universidade de São Paulo (USP) organiza um grupo denominado Pedagogia Social, coordenado pelo professor doutor Roberto da Silva, primeiro livre docente brasileiro em Pedagogia Social. O grupo reúne mestrandos, doutorandos e demais pesquisadores que buscam ampliar os debates em torno da Pedagogia Social, focando suas pesquisas em diferentes aspectos como formação dos educadores sociais,

profissionalização e regulamentações trabalhistas dos educadores sociais, práticas diversas e projetos diferenciados com o intuito sócio-educativo, além da discussão sobre educação com crianças e jovens nas ruas ou cumprindo medidas sócio-educativas.

No ano de 2006 e 2008 foram realizados em São Paulo, Faculdade de Educação da USP o I e o II CIPS, Congresso Internacional de Pedagogia Social, o que resultou no livro publicado recentemente, *Pedagogia Social* (2009), uma coletânea com textos de nove autores que discorrem sobre a Pedagogia Social no Brasil e no mundo. Este congresso oportunizou as interlocuções sobre Educação Indígena, Educação em Saúde, Educação em Cidadania e Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação no Campo, Educação Rural, Educação em Valores, Educação para a Paz, Educação e Trabalho, Educação Política, Educação de trânsito, Educação Hospitalar e Educação Alimentar.

Em 2010 no mês de abril, entre os dias 21 e 25, aconteceu o III CIPS<sup>2</sup> (Congresso Internacional de Pedagogia Social) com as representações da Alemanha, Espanha, Argentina, Uruguai e educadores sociais brasileiros representando as mais diversas instituições, desde CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) até Secretarias Municipais de Educação que oferecem formação para seus educadores nas áreas da Pedagogia Social. O congresso reuniu também as pesquisas e práticas mais atuais da ação sócio-educativa. Segundo Silva:

A produção acadêmica brasileira mais específica sobre o tema tem início com o livro *Desafios, riscos e desvios* (1998) de Geraldo Caliman, pedagogo brasileiro que concluiu mestrado e doutorado em Pedagogia Social na Università Pontificia Salesiana, em Roma, e depois coordenou este mesmo curso. (SILVA, 2009)

Ainda de publicação brasileira temos os livros *A presença da Pedagogia- teoria e prática da ação sócio-educativa* (1999) de Antonio Carlos Gomes da Costa e, do mesmo ano, *A Pedagogia Social de rua*, de Maria Stela Santos Graciani, por último o livro *Educação Não Formal e Cultura*

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre Pedagogia Social no Brasil, publicações, vídeos e grupos, ver site: <http://portaldapedagogiasocial.org/>

*Política* de Maria da Glória Gohn, que apresenta uma diferenciação entre Educação Formal e Não-Formal.

Os cursos de formação de professores, especialmente Pedagogia nos últimos anos vêm sofrendo modificações quanto a oferta de disciplinas que contemplem a discussão sobre a educação fora da escola. Até a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a discussão sobre a formação de professores era incipiente. Crescem as discussões sobre a ação do Pedagogo fora dos espaços escolares, inclusive pelo fato das demandas educativas estarem fortalecendo a educação em diferentes espaços para além da escola como único lugar de construção de saberes.

Para Sanna Rynnanen, pesquisadora finlandesa que atualmente desenvolve pesquisa de doutorado na Universidade de Tampere, na Finlândia e estuda a Pedagogia Social do Projeto Axé, na Bahia, o Brasil está em fase crescente de estudos sobre Pedagogia Social, segundo a autora:

Posso afirmar que o Brasil está em fase de sistematização da Pedagogia Social como área de formação. Isso não significa que a Pedagogia Social já não exista no país, muito pelo contrário. Ressalte-se que no Brasil a história das abordagens que podem ser classificadas como sócio pedagógicas é longa e a tradição sócio pedagógica é forte, incluindo, por exemplo, o movimento da Educação Social de Rua (ESR), O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), e os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. (RYYNANEN, 2009)

Na Bahia, encontramos diferentes práticas de educação social, especialmente projetos voltados para infância e juventude em situação de risco social, estes projetos financiados parte pelo poder público, e parte pela iniciativa privada vem sendo destaque em comunidades das periferias da capital Salvador, assim como em cidades do interior do Estado.

### **3. Formação docente, Pedagogia Social e Movimentos Sociais: reflexões e diálogos**

Para debatermos a Formação Docente é oportuno fazermos um rápido passeio pelo conceito do termo Formação. É Carlos Marcelo Garcia, pesquisador português, que apresenta de maneira clara as distintas compreensões sobre o termo. Para o autor existem múltiplas perspectivas para se pensar a formação:

O conceito *formação* é geralmente associado a alguma atividade, sempre que se trata de formação para algo. Assim, a formação pode ser entendida *como função social* de transmissão de saberes, de saber-fazer ou de saber-ser que se exerce em benefício do sistema sócio-econômico, ou da cultura dominante. A formação pode também ser entendida *como um processo de desenvolvimento e de estruturação da pessoa* que se realiza com um duplo efeito de uma maturação interna e de possibilidades de aprendizagem, de experiências dos sujeitos. Por último, é possível falar-se de *formação como instituição*, quando nos referimos a estrutura organizacional que planifica e desenvolve as atividades de formação. A formação pode adotar diferentes aspectos conforme se considera o ponto de vista do objeto, ou do sujeito. (GARCIA, 1999)

O autor registra ainda que pressupõe engajamento, vontade e desejo do formando em relação a formação. É o indivíduo, a pessoa, o responsável último pela ativação e desenvolvimento dos processos formativos, o que não significa dizer que ela seja autônoma, mas, acredita-se que depende fundamentalmente do querer ser e estar no espaço de formação e atuação como docente para que a práxis seja significativa.

Um ponto fundamental que é necessário destacar é a formação entendida como função social. No caso da Pedagogia Social o trabalho a ser desenvolvido é basicamente pautado nas demandas sociais, o que torna o educador um agente social de mudança. Segundo a pesquisadora SOARES (2008), que utiliza o termo “agente social de mudança”, os educadores e os formadores de educadores devem proporcionar a mudança como agentes nos ciclos educativos, e complementa:

Os saberes e as práticas que envolvem a docência são uma construção social e histórica. Entrecruzam-se, na sua configuração, interesses e perspectivas de caráter econômico, político, ideológico e cultural, muitas vezes conflitantes. (SOARES, 2008)

É relevante considerar o contexto da atualidade para compreender as demandas impostas aos educadores. Refletir sobre a globalização e o avanço das criativas políticas neoliberais é fundamental para entender o papel e a função do educador na medida em que ele aprende a ensinar, a refletir sobre o mundo e constrói sua emancipação no processo de formação. Atrelar os saberes e construir a criticidade sobre o agravamento dos problemas sociais e econômicos é basilar para o desenvolvimento de uma prática educativa para emancipação dos sujeitos.

Na Pedagogia Social o campo de atuação confronta-se com características marcantes da sociedade brasileira como: segregação e desigualdade social, pobreza, preconceitos, discriminação étnica, política e racial, e a presença cada vez maior de violência e criminalidade que alcança crianças e jovens de todo país.

Diante da realidade vivenciada pelos que atuam na Pedagogia Social é preciso caminhar com a reflexão pautada na ação para transformação, ou seja, como agentes sociais de mudança, um trabalho vinculado à família, à comunidade, à cultura, à sociedade.

Considerando as urgências de se pensar formação docente para uma Pedagogia Social no Brasil, infelizmente os cursos de graduação para capacitar professores que atuarão em escolas localizadas em comunidades em risco social ou em espaços não formais de educação, não oferecem, ou oferecem de forma incipiente disciplinas que destaquem as práxis da educação social.

Geralmente os estudantes de graduação, se tratando aqui do curso de Pedagogia, passam pela experiência de estágio em espaços escolares durante três ou quatro semestres e no último momento da formação podem escolher atuar como estagiários em espaços não formais de educação, onde devem ser desenvolvida a Pedagogia Social.

Esta inserção da importância do estudo e legitimação do pedagogo fora da educação formal, mas atuando como educadores, só aparece no Brasil, após as exigências impostas na LDB 9.394/96, quando a maioria dos cursos são convidados a incorporar em seus currículos disciplinas que tratem da formação para além dos espaços formais de ensino e aprendizagem.

A proposta mais recente de formação de educadores em Pedagogia Social vem sendo vivida atualmente através da implantação do curso de Pós-Graduação em Educação Social realizado pela Universidade Católica de Brasília, coordenada pelo professor doutor Geraldo Caliman, mestre e doutor em Pedagogia Social. Este curso é oferecido através do Ambiente Virtual de Aprendizagem, o que possibilita educadores que geograficamente distantes da Universidade Católica de Brasília possam acompanhar os estudos sobre Pedagogia Social, neste momento o curso é oferecido para educadores que atuam em um curso específico.

Caliman (2009) descreve em um dos artigos o programa do curso de Pedagogia Social da Università Pontificia Salesiana di Roma (UPS) que tem como objetivo a formação de 'expert', pesquisadores, docentes e operadores com



competência sócio-pedagógica no setor da Educação, da re-educação de sujeitos em idade evolutiva, com problemas de marginalização, desadaptação social e comportamento desviante, esta formação acontece dentro da Faculdade de Ciências da Educação. O autor apresenta também de forma resumida o currículo em ciclos:

O primeiro ciclo tem como objetivo formar educadores profissionais (*educatori professionali*), algo parecido com a nossa licenciatura no Brasil. Os estudantes se preparam para atuar nas comunidades terapêuticas para taxicodependentes, nas comunidades e abrigos para menores, no atendimento da terceira idade, etc. Durante o segundo ciclo os estudantes entram em um percurso formativo teórico projetual que tende a formar, mais que educadores sociais, os *pedagogos sociais*. Esses profissionais que são preparados para atuarem na intervenção de instituições sociais, levam mais tempo na formação e fazem um mestrado ou doutorado voltados para a vida acadêmica. O terceiro ciclo capacita para as atividades do ensino, da pesquisa e da gestão em maior grau. (CALIMAN, 2009)

A especificidade da Pedagogia Social está, principalmente, no fato da diferenciação que ela apresenta da Educação Escolar, já que esta última se desenvolve nos espaços formais com currículos estruturados e com pouca flexibilidade, também possui uma didática e metas pré-definidas.

A Pedagogia Social se desenvolve em espaços de educação não-formais que apresentam determinadas características, surgindo como respostas as exigências da educação de crianças e jovens, mas também de adultos, que vivem em condições de marginalização da sociedade. A sua necessidade se amplia com o aumento das desigualdades sociais fruto da corrida pelo acúmulo do lucro dos países hegemônicos.

Para Gohn (2007), que utiliza o termo Educação Não Formal para especificar as ações educativas na área social, a educação social que acontece nos projetos e em instituições diversas, surge a partir dos movimentos sociais. A autora apresenta a Teoria dos Movimentos Sociais e defende a importância dos movimentos para construção da Educação Não Formal.

Gohn discorre sobre os estudos dos movimentos sociais ao longo do tempo, no século XX, além de discutir a problemática da globalização e suas implicações para a reconstrução dos paradigmas dos movimentos. Segundo a autora: “não há uma teoria única, assim como não há uma única concepção para o que seja um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social.” Com essa

conclusão Gohn faz um levantamento sintetizando as correntes que discutem as questões do movimento e os efeitos destes nas teorias seguintes.

Para as Ciências Sociais, os movimentos sociais estão incluídos numa sessão dos estudos sociopolíticos e tem como denominador comum analisá-los dentro da problemática da ação coletiva, alguns teóricos incluem na teoria da ação social. Os movimentos sociais se tornam objeto de estudo quando surgem junto com a sociologia, o termo aparece pela primeira vez em 1840 com Lorens Von Stein, defendendo uma ciência da sociedade, um estudo dos movimentos sociais.

A abordagem dos movimentos sociais a partir dos estudos clássicos aparece em 20 e vai até 60 do século XX com a sociologia norte-americana, com representação em Park e nos contemporâneos da Escola de Chicago. Este grupo explicava o comportamento coletivo das massas por meio da análise das reações dos indivíduos. O indivíduo era visto dentro da macroestrutura social gerando desajustes e conflitos. Os movimentos eram vistos como elementos disruptivos à ordem social vigente.

Até os anos 60 do século XX os estudos foram concentrados nas análises dos movimentos sociais voltados para o movimento operário, particularmente as lutas sindicais. No geral, foram analisados de forma bastante conservadora e os movimentos eram pensados como distúrbios populares.

A partir dos anos sessenta surge um novo paradigma de ação social com os novos movimentos sociais de estudantes, mulheres, luta pela paz, ecologia, meio ambiente, anti-nucleares e etc. Essas abordagens construíram suas ideias a partir de duas correntes: os Neomarxistas e os Novos Movimentos Sociais, a maioria destes estudos foram histórico-descritivos.

A sociologia incorpora a discussão nos anos 80 com Antony Gidens (1989) lança o livro “A revolução e os movimentos sociais”, um marco para os estudos sobre os movimentos nos anos seguintes. Já nos anos 90 a chegada das Organizações Não Governamentais (ONG’S), altera o quadro teórico e alguns estudiosos incorporam os movimentos e as ONG’s e retomam os estudos de forma inovadora.

Para o estudo dos movimentos sociais a tendência é articular diferentes disciplinas: economia, política, sociologia, antropologia, psicologia, psicanálise, filosofia e comunicações. Considerando que a Pedagogia se dá na relação de

construção de Educação pela comunidade o estudo dos movimentos sociais são relevantes para ampliar os estudos da Pedagogia Social.

A importância do saber ser e fazer na postura de educadores resulta em educação não só social, mas, sobretudo afetiva. Esta educação social estará sempre atrelada à ação dos formadores de educadores que possibilitem a mobilização e participação emancipatória, crítica e criativa dos pedagogos sociais.

#### **4. Entrelaçando saberes e vivências: entre a formação, a atuação e a comunidade**

A comunidade e as inter-relações, movimentos e práticas que ocorrem a partir dela, são causadores da construção da educação social. Por isso se faz necessário uma reflexão a cerca das concepções da comunidade e das suas vivências.

Segundo Bauman (2001), comunidade é uma palavra que transmite uma sensação boa, pois é bom pertencer a uma comunidade, estar em comunidade gera segurança. Entretanto esta afirmação é colocado posteriormente como dúvida pelo próprio autor. O debate apresentado no livro clama justamente para a visibilidade da comunidade desejada e a real vivência entre as comunidades.

A certeza da segurança é questionada pelas condições que são oferecidas para liberdade de ações dos sujeitos que nela vivem. Ele apresenta dois tipos de comunidade que estão entre as ambiguidades e ambivalências da sociedade atual, a modernidade líquida, estas comunidades seriam a estética e a ética, que se apresentam como paradoxais:

Quaisquer que sejam os laços estabelecidos na explosiva e breve vida da comunidade estética, eles não vinculam verdadeiramente: eles são literalmente vínculos sem conseqüências. Tendem a evaporar-se quando os laços humanos realmente importam – no momento em que são necessários para compensar a falta de recursos ou a impotência do indivíduo. Como as atrações disponíveis nos parques temáticos, os laços das comunidades estéticas devem ser experimentados, e experimentados no ato – não levados para casa e consumidos na rotina diária. São, pode-se dizer, laços carnavalescos e as comunidades que os emolduram são comunidades carnavalescas. (BAUMAN, 2003)

Comunidade ética, a contrário da comunidade estética, não se vincula a lógica do consumismo e das inseguranças geradas pelas dicotomias da contemporaneidade, segundo Bauman a comunidade ética:

Teria que ser tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis, que, graças à sua durabilidade prevista (melhor ainda, institucionalmente garantida), pudesse ser tratada como variável dada no planejamento e nos projetos de futuro. E os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam do tipo do 'compartilhamento fraterno', reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual. (BAUMAN, 2003)

Entendendo que o processo educativo não se constitui fora do âmbito sócio histórico, e que é permanentemente pautado na realidade dos sujeitos que dela dependem, acreditamos nas reflexões teórico-práticas no intuito de materialização das ações concretas e de superação das desigualdades sociais visíveis no cotidiano da sociedade.

Refletir a educação significa trançar as problematizações do social com as possibilidades da ação educativa. Estas atuações articuladas com estudos coerentes das realidades sociais auxiliam na oportuna formação de educadores que sentem, agem e pensam suas práticas para além do exercício da profissão. Este novo trançado da educação sugerido no texto pauta-se do mesmo modo na pedagogia como caminho de emancipação humana.

A emancipação dos sujeitos é uma condição para transformação da realidade construída e reconstruída pelos mesmos sujeitos históricos e sociais. Será indispensável repensarmos o lugar que a educação é posta e para quem é realizada sobre que critérios é avaliada.

A educação que acreditamos é aquela que salta da ingenuidade para esfera da crítica e possibilita a formação dos educadores superando a "educação bancária" e apenas racionalizada. Acrescenta-se ainda nestas formações o saber ser educador social responsável com as suas próprias aprendizagens de educador cidadão.

Como diria o mestre Freire, o educador e o educando educam-se pela ação problematizadora da realidade, pois "ninguém é sujeito da autonomia de ninguém" e, por conseguinte:

O necessário é que, embora subordinado as práticas 'bancárias', o educando mantenha vivo em si o gosto pela rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o 'imuniza' contra o poder apassivador do 'bancarismo'. Neste caso, é a força criadora do aprender de quem fazem parte a comparação, a repetição, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar. Esta é uma das significativas vantagens dos seres humanos –

a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes.  
(FREIRE, 2008)

Nesse sentido, ampliar as reflexões sobre Pedagogia Social, e a formação de educadores sociais é resignificar a educação numa perspectiva de qualificar as teorias e práticas para superação da transmissão de conhecimentos estratificados pela lógica condicionante entre “opressores e oprimidos”, assumindo efetivamente o educar para o comprometimento social.

## Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CALIMAN, Geraldo. Pedagogia social de rua: entre acolhida e formação. In: SOUZA NETO, J. C. ; NASCIMENTO, M. L. (Org.). **Infância: violência, instituições e políticas públicas**. São Paulo: Expressão e Arte, 2006, pp. 167-178.
- . Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In SOUZA NETO, J.C.; SILVA, R.; MOURA, R. (Org.). **Pedagogia social**. São Paulo: UNESCO; Expressão e Arte. 2009.
- . **Paradigmas da exclusão social**. Brasília: Universa UNESCO, 2008
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- MARCELO GARCIA, Carlos. **Formação de Professores. Para uma mudança educativa**. Portugal: Porto Editora, 1999.
- GOHN, M<sup>a</sup> da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MACHADO, E. M. **Contexto sócio-educacional no Estado do Paraná: Formação pedagógica e análise do trabalho do pedagogo na área social**. Tese de doutorado. Santiago de Compostela. USC. Es. 1998.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&M, 2009.
- PAIS, Machado J. **Culturas Juvenis**. Coleção Análise Social. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Portugal, 2003.
- QUINTANA, J.M<sup>a</sup>. **Pedagogía Social**. Madrid, Dykinson, 1988.
- SOARES, Sandra Regina et al. A docência na representação de estudantes de Pedagogia de uma universidade pública da Bahia. **Revista da FAEEDBA**. Salvador, v. 17, n. 30, p. 153-162, jul./dez. 2008.
- SONNEVILLE, Jacques Jules. O educador na contemporaneidade: formação e profissão. **Revista da FAEEDBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 13, n. 22, p. 455-465, jul/dez, 2004.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.